



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

www.garca.sp.gov.br/diario-oficial

Sexta-feira, 20 de janeiro de 2023

Ano X | Edição nº 2041

Página 1 de 9

SUMÁRIO

Poder Executivo	2
Licitações e Contratos	2
Resultado	2
Homologação / Adjudicação	3
Concursos Públicos/Processos Seletivos	3
Edital	3
Vigilância Sanitária	9
Despachos	9

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Garça, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma Produção editorial – Secretaria Municipal de Informação e Comunicação.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Garça poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.garca.sp.gov.br
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Garça

CNPJ 44.518.371/0001-35
Praça Hilmar Machado de Oliveira, 102
Telefone: (14) 3407-6600
Site: www.garca.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/garca

Câmara Municipal de Garça

CNPJ 49.887.532/0001-81
Rua Barão do Rio Branco nº 131 - Centro
Telefone: (14) 3471-3479 | 3471-1308
Site: www.garca.sp.leg.br

Serviço Autônomo de Águas e Esgotos (SAAE)

CNPJ: 48.211.262/0001-21
Rua João Bento, nº 40 - Bairro Cascata
Fones: (14) 3407-2480 / 3471-0020 / 3471-0100
Site: www.saaegarca.sp.gov.br

Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Garça (IAPEN)

CNPJ: 59.991.364/0001-23
Rua Coronel Joaquim Piza, 140 – Edifício E. J. Nogueira
Fones: (14) 3406-1989
Site: www.iapengarca.sp.gov.br



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Garça garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.garca.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.garca.sp.gov.br/diario-oficial e www.imprensaoficialmunicipal.com.br/garca



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Sexta-feira, 20 de janeiro de 2023

Ano X | Edição nº 2041

Página 2 de 9

PODER EXECUTIVO

Licitações e Contratos

Resultado

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 143/2022

A Pregoeira designada torna público que o objeto do pregão supra foi adjudicado por itens, às empresas: AGLON COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA: itens: 37 = R\$ 64,71; 87 = R\$ 1,27; 88 = R\$ 1,27; 89 = R\$ 1,27; 141 = R\$ 0,71; 142 = R\$ 0,51; 185 = R\$ 1,00; 186 = R\$ 1,703; 254 = R\$ 0,11. TRIUNFAL MARILIA COMERCIAL LIMITADA: itens: 27 = R\$ 2,20; 31 = R\$ 4,49; 32 = R\$ 5,89; 33 = R\$ 4,29; 34 = R\$ 4,59; 35 = R\$ 5,49; 42 = R\$ 1,722; 51 = R\$ 2,653; 78 = R\$ 0,327; 104 = R\$ 10,49; 147 = R\$ 1,68; 203 = R\$ 0,114. LUMAR COMERCIO DE PROD.FARMACEUTICOS LTDA: itens: 3 = R\$ 0,40; 105 = R\$ 0,043; 210 = R\$ 0,08. AZULPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP: itens: 179 = R\$ 4,48. PRATI, DONADUZZI & CIA. LTDA: itens: 102 = R\$ 7,65; 103 = R\$ 0,27; 108 = R\$ 7,58; 117 = R\$ 0,19; 148 = R\$ 1,35; 167 = R\$ 4,59; 168 = R\$ 0,05. INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA: itens: 40 = R\$ 3,79; 64 = R\$ 7,90; 175 = R\$ 0,37. MED CENTER COMERCIAL LTDA: itens: 49 = R\$ 0,59; 91 = R\$ 0,179; 94 = R\$ 1,37; 116 = R\$ 0,126; 121 = R\$ 0,179; 135 = R\$ 0,287; 200 = R\$ 14,323; 201 = R\$ 9,328; 215 = R\$ 0,21; 219 = R\$ 0,85. VALINPHARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA: itens: 60 = R\$ 36,59; 61 = R\$ 1,986; 74 = R\$ 1,848; 82 = R\$ 13,20; 95 = R\$ 1,579; 183 = R\$ 0,85; 249 = R\$ 3,324; 251 = R\$ 12,144. ALFALAGOS LTDA: itens: 41 = R\$ 0,15; 50 = R\$ 0,041; 54 = R\$ 0,08; 83 = R\$ 0,075; 85 = R\$ 0,262; 101 = R\$ 16,147; 160 = R\$ 0,18. DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA: itens: 17 = R\$ 8,80; 29 = R\$ 4,80; 30 = R\$ 8,60; 36 = R\$ 5,82. R.A.P. APARECIDA - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA: itens: 70 = R\$ 51,98; 98 = R\$ 0,137; 106 = R\$ 0,065; 126 = R\$ 0,54; 172 = R\$ 30,00; 194 = R\$ 0,19; 205 = R\$ 11,00; 213 = R\$ 13,85; 241 = R\$ 123,50; 242 = R\$ 201,30. CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA: itens: 6 = R\$ 7,10; 13 = R\$ 4,26; 15 = R\$ 3,07; 19 = R\$ 9,90; 24 = R\$ 9,00; 25 = R\$ 2,50; 26 = R\$ 2,11; 69 = R\$ 1,80; 71 = R\$ 0,27; 72 = R\$ 0,57; 113 = R\$ 0,20; 145 = R\$ 0,25; 149 = R\$ 11,00; 163 = R\$ 4,10; 173 = R\$ 0,17; 174 = R\$ 7,95; 190 = R\$ 0,35; 191 = R\$ 10,20; 216 = R\$ 0,45; 227 = R\$ 0,90; 232 = R\$ 9,40. REPRESS DISTRIBUIDORA LTDA: itens: 156 = R\$ 2,19; 243 = R\$ 1,58. COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA: itens: 23 = R\$ 6,30; 136 = R\$ 3,68; 137 = R\$ 4,13; 159 = R\$ 0,641; 164 = R\$ 0,499; 198 = R\$ 0,058; 230 = R\$ 0,096; CIRÚRGICA OLÍMPIO - EIRELI: itens: 1 = R\$ 7,80; 16 = R\$ 4,80; 18 = R\$ 5,90; 22 = R\$ 4,36; 48 = R\$ 0,995; 118 = R\$ 1,65; 133 = R\$ 0,05; 138 = R\$ 0,38; 204 = R\$ 0,468; 218 = R\$ 1,66; 222 = R\$ 1,25; 234 = R\$ 0,234; 235 = R\$ 0,352; 253 = R\$ 0,17. FRAGNARI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA: itens: 11 = R\$ 10,00; 56 = R\$ 1,29;

59 = R\$ 124,20; 65 = R\$ 9,67; 66 = R\$ 11,26; 111 = R\$ 1,58; 112 = R\$ 2,53; 132 = R\$ 1,20; 177 = R\$ 1,73; 181 = R\$ 5,39; 187 = R\$ 0,682; 212 = R\$ 0,19; 220 = R\$ 35,00; 221 = R\$ 1,85; 223 = R\$ 0,51; 236 = R\$ 1,74; 237 = R\$ 0,40; 250 = R\$ 4,21. INOVAMED HOSPITALAR LTDA: itens: 2 = R\$ 1,097; 12 = R\$ 3,299; 20 = R\$ 2,159; 38 = R\$ 3,999; 39 = R\$ 6,419; 47 = R\$ 0,359; 55 = R\$ 0,279; 57 = R\$ 0,361; 68 = R\$ 0,739; 76 = R\$ 0,179; 77 = R\$ 0,409; 90 = R\$ 5,999; 96 = R\$ 4,799; 119 = R\$ 7,169; 120 = R\$ 8,399; 122 = R\$ 0,099; 144 = R\$ 0,731; 153 = R\$ 0,905; 155 = R\$ 0,09; 161 = R\$ 0,094; 166 = R\$ 0,079; 176 = R\$ 0,023; 178 = R\$ 3,759; 189 = R\$ 0,574; 197 = R\$ 3,999; 199 = R\$ 0,043; 202 = R\$ 0,109; 207 = R\$ 6,499; 208 = R\$ 0,161; 217 = R\$ 0,068; 226 = R\$ 0,029; 238 = R\$ 0,175; 244 = R\$ 0,089; 255 = R\$ 3,049. DROGAFONTE LTDA: itens: 93 = R\$ 0,04; 134 = R\$ 2,33; 157 = R\$ 20,99; 211 = R\$ 5,00. PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA: itens: 195 = R\$ 0,169; 196 = R\$ 0,179. ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA: itens: 9 = R\$ 0,03; 14 = R\$ 1,267; 63 = R\$ 0,124; 123 = R\$ 0,14; 170 = R\$ 0,027; 182 = R\$ 0,199; 256 = R\$ 5,133. CENTERMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA: itens: 92 = R\$ 0,042; 100 = R\$ 0,075; 107 = R\$ 0,78; 152 = R\$ 1,23; 165 = R\$ 0,075; 209 = R\$ 1,85; 214 = R\$ 0,37; 225 = R\$ 0,39; 247 = R\$ 0,03; 257 = R\$ 0,23. DUPATRI HOSPITALAR COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTAC: itens: 84 = R\$ 17,87; 86 = R\$ 2,02; 131 = R\$ 0,412; 158 = R\$ 15,00. ATIVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA: itens: 79 = R\$ 5,75; 80 = R\$ 7,07; 130 = R\$ 0,199; 154 = R\$ 0,168; 184 = R\$ 1,80; 228 = R\$ 1,20. FIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA: itens: 4 = R\$ 13,99; 52 = R\$ 21,00; 62 = R\$ 10,303; 124 = R\$ 0,079; 140 = R\$ 62,99. DMC DISTRIBUIDORAS, COMERCIO D MEDICAMENTOS EIRELI: itens: 21 = R\$ 1,11. MERCOSOLUCOES EM SAUDE S/A: itens: 162 = R\$ 0,126. GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS H: itens: 5 = R\$ 5,999; 8 = R\$ 2,318; 109 = R\$ 9,19; 125 = R\$ 0,08; 169 = R\$ 1,679; 171 = R\$ 2,40; 180 = R\$ 2,55; 239 = R\$ 0,987; 245 = R\$ 0,88. M.G. DOMINGUES DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI: itens: 10 = R\$ 5,94; 43 = R\$ 2,09; 75 = R\$ 13,89; 188 = R\$ 4,29. MARIA DO JUMBO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA: itens: 45 = R\$ 1.439,00; 206 = R\$ 5,79. GENERICA ITATIBA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD: itens: 224 = R\$ 3,499; 248 = R\$ 1,046. DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA: itens: 67 = R\$ 0,767; 99 = R\$ 0,32; 143 = R\$ 0,145; 231 = R\$ 0,177. M & D COMERCIAL HOSPITALAR LTDA: itens: 240 = R\$ 2,23; 28 = R\$ 0,34; 53 = R\$ 0,59; 97 = R\$ 1,599; 110 = R\$ 0,18; 115 = R\$ 0,299; 139 = R\$ 0,319; 150 = R\$ 0,063; 229 = R\$ 0,09; 246 = R\$ 0,154; 252 = R\$ 0,15. F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA: itens: 44 = R\$ 285,00; 114 = R\$ 0,38; 128 = R\$ 0,46; 146 = R\$ 0,30; 192 = R\$ 0,074. O processo foi homologado pelo Sr. Prefeito Municipal - Data: 18/01/2023 - Sibeli Saraiva Cardoso - Pregoeira.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2022



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Sexta-feira, 20 de janeiro de 2023

Ano X | Edição nº 2041

Página 3 de 9

A Pregoeira designada torna público que o objeto do pregão supra foi adjudicado por itens, à empresa: FIORILLI SOFTWARE LTDA pelo valor global de R\$ 434.000,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil reais). O processo foi homologado pelo Sr. Prefeito Municipal - Data: 17/01/2023 - Sibeli Saraiva Cardoso - Pregoeira.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2022

A Pregoeira designada torna público que o objeto do pregão supra foi adjudicado por itens, à empresa: SANTEC FABRICAÇÃO E COM. DE PROD. DE LIMPEZA pelo valor de R\$ 43,50 (quarenta e três reais e cinquenta centavos). O processo foi homologado pelo Sr. Prefeito Municipal - Data: 18/01/2023 - Bruna Angélica Batista - Pregoeira.

Homologação / Adjudicação

HOMOLOGAÇÕES E ADJUDICAÇÕES CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 036/2022

Diante do julgamento da Comissão Permanente de Licitações, homologo o processo licitatório supra e adjudico seu objeto à proponente "LUCIANA NUNES DA SILVA BATISTA" pelo valor mensal de R\$ 700,00 (setecentos reais) - Data: 19/01/2023 - João Carlos dos Santos - Prefeito Municipal.

Concursos Públicos/Processos Seletivos

Editais

EDITAL DE ABERTURA PROCESSO SELETIVO Nº 001/2023 ESTÁGIO REMUNERADO PARA ALUNOS DO CURSO DE DIREITO PARA ATUAÇÃO JUNTO À PROCURADORIA- GERAL DO MUNICÍPIO

A Prefeitura do Município de Garça, Estado de São Paulo, torna pública a realização de PROCESSO SELETIVO, para estudantes do curso de Direito das Instituições de Ensino Superior reconhecidas, objetivando a contratação de Estagiários para a Procuradoria Geral do Município, conforme as disposições a seguir:

CAPÍTULO 1

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Este Edital tem como finalidade o estabelecimento de normas para o Processo Seletivo de Estagiários destinado aos alunos regularmente matriculados no curso de Direito das instituições de ensino superior devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação, para o ingresso no programa de estágio da Procuradoria-Geral do Município.

1.2. O processo seletivo visa ao preenchimento de vagas de estágio previstas no item 5.1 e terá provas objetiva e discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, respectivamente.

1.3. A organização, aplicação e correção do Processo Seletivo serão de responsabilidade da Comissão Organizadora do presente Processo Seletivo.

1.4. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar as publicações de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo divulgadas, até sua homologação, no site da Prefeitura do Município de Garça.

CAPÍTULO 2 DO ESTÁGIO

2.1 O programa de estágio se destinará à complementação educacional e ao desenvolvimento profissional na formação escolar do Estagiário, não criando vínculo empregatício de qualquer natureza com o Município de Garça.

2.2 O estagiário atuará junto aos órgãos da Procuradoria-Geral do Município de Garça, executando as atividades supervisionadas relacionadas à advocacia pública municipal.

CAPÍTULO 3 DA CARGA HORÁRIA

3. A jornada de atividades em estágio serão de 25 (vinte e cinco) horas semanais, distribuídas, preferencialmente, em 5 (cinco) horas diárias, no horário de expediente da Procuradoria Geral do Município, sem prejuízo das atividades discentes, nos termos do artigo 3.º do Decreto Municipal nº 6.910, de 14 de novembro de 2008 e suas alterações.

CAPÍTULO 4 DA BOLSA DO ESTÁGIO

4. O estudante em estágio na Procuradoria Geral do Município fará jus à bolsa de estágio mensal equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do salário mínimo nacional, nos termos do artigo 3.º do Decreto Municipal nº 6.910, de 14 de novembro de 2008 e suas alterações.

CAPÍTULO 5 DAS VAGAS

5.1 O certame destina-se ao preenchimento de cadastro de reserva de Estagiário em graduação do curso de Direito, destinado ao preenchimento de vaga(s) que poderá(ão) surgir em decorrência do(s) desligamento(s) do quadro de estagiários da Procuradoria Geral do Município, cuja reposição será de acordo com a conveniência e a oportunidade, observando o período de validade da seleção.

5.2 O período do estágio (manhã/tarde) será definido de acordo com o melhor interesse da Procuradoria Geral do Município de Garça.

5.3 Serão destinadas 10% (dez por cento) das vagas oferecidas aos candidatos portadores de deficiência, nos termos do item 7 deste Edital.

CAPÍTULO 6

DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

6.1 São requisitos para inscrição no Processo Seletivo:

a) **ser aluno regularmente matriculado e com frequência efetiva no curso de Direito das instituições de ensino superior com reconhecimento pelo MEC.**

6.2 O estágio somente será concedido ao candidato



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Sexta-feira, 20 de janeiro de 2023

Ano X | Edição nº 2041

Página 4 de 9

aprovado e que atenda aos requisitos previstos no item 6.1 e ao disposto no item 16.3 deste edital.

CAPÍTULO 7

DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

7.1 Em conformidade com a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, é assegurada a inscrição de pessoa portadora de deficiência, ficando o respectivo deferimento condicionado ao cumprimento do disposto na legislação pertinente.

7.2 O candidato portador de deficiência deverá assinalar sua condição no campo próprio do requerimento de inscrição, mencionando a deficiência da qual é portador, e, se necessário, requerer o método através do qual deseja realizar a prova: com leitor, prova ampliada ou prova normal e/ou solicitar sala de mais fácil acesso, no caso de dificuldade de locomoção;

7.2.1 No caso de prova com o auxílio de um fiscal leitor, o fiscal, além de auxiliar na leitura da prova, também transcreverá as respostas para o cartão-resposta do candidato, sempre sob a supervisão de outro fiscal devidamente treinado. Ao final da prova será lavrado um termo no qual o candidato concordará com as marcações que foram efetuadas no cartão-resposta;

7.2.2 O candidato portador de deficiência visual parcial (ambliopia) deverá identificar sua condição, indicando no requerimento de inscrição se deseja que a prova seja confeccionada de forma ampliada. Neste caso, será oferecida prova com tamanho de letra correspondente a corpo 24 (vinte e quatro).

7.3 O candidato que não declarar no requerimento de inscrição ser portador de deficiência concorrerá somente às vagas regulares.

7.4 O candidato portador de deficiência participará do certame em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário, ao local de aplicação, ao tempo de realização das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, sendo-lhe, porém, assegurado fácil acesso ao recinto onde se realizarão as provas;

7.5 O acesso de portadores de deficiência às provas e sua eventual aprovação não implica o reconhecimento da compatibilidade de sua deficiência com a atividade pertinente à vaga, a qual será determinada por meio de perícia médica;

7.6 Em cumprimento ao disposto no art. 17, § 5º, da Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, ficam reservadas, no presente processo seletivo, às pessoas portadoras de deficiência, 10% (dez por cento) das vagas que vierem a ser ocupadas, desde que comprovada a compatibilidade da deficiência com as atividades a serem desenvolvidas. Será observada, durante a vigência deste processo seletivo, a necessária compensação nas convocações subsequentes, que, em qualquer caso, observarão o percentual acima estabelecido;

7.6.1 Os candidatos considerados portadores de

deficiência, se habilitados, além de figurarem na lista geral de classificação, terão seus nomes publicados em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

7.7 A inscrição de pessoa portadora de deficiência ficará sujeita ao preenchimento do Requerimento de Inscrição com identificação de sua condição e comprovação através de laudo médico, que deverá ser juntado em campo próprio na ficha de inscrição.

7.8. Caso o candidato necessite de condições especiais para realizar a prova, será autorizada desde que assinala a opção na ficha de inscrição, bem como essas condições não importem em quebra de sigilo ou identificação do candidato, a critério da Comissão Organizadora, observadas as diretrizes da legislação de regência.

CAPÍTULO 8

DA INSCRIÇÃO

8.1 As inscrições serão efetuadas no período de 23 de janeiro à 27 de janeiro de 2023, no site da Prefeitura do Município de Garça, por meio do seguinte endereço eletrônico www.garca.sp.gov.br, pelo link <https://doity.com.br/processo-seletivo-para-estagiarios-de-urso-de-direito-procuradoria-geral-do-municipio-de-garca/inscricao>

8.2 O prazo das inscrições poderá ser prorrogado por ato do Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

8.3 Não se admitirão, sob qualquer pretexto, inscrições fora do prazo previsto neste Edital.

8.4 Não haverá cobrança para realização das provas, estando os candidatos interessados e devidamente inscritos isentos.

CAPÍTULO 9

DOS DOCUMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

9.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preencherá todos os requisitos exigidos.

9.2 A inscrição para o processo seletivo será realizada através da Ficha de Inscrição, a ser obtida no endereço eletrônico www.garca.sp.gov.br, por meio do seguinte link: <https://doity.com.br/processo-seletivo-para-estagiarios-de-urso-de-direito-procuradoria-geral-do-municipio-de-garca/inscricao>

9.3 As informações prestadas na Ficha de Inscrição, serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se a Procuradoria-Geral do Município o direito de excluí-lo do Processo Seletivo caso preencha de forma incompleta, bem como se constatare, posteriormente, que os dados são inverídicos ou falsos, sem prejuízo de outras implicações legais.

9.4 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a expressa aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

CAPÍTULO 10

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

10.1 O Processo Seletivo abordará os assuntos



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Sexta-feira, 20 de janeiro de 2023

Ano X | Edição nº 2041

Página 5 de 9

indicados no conteúdo programático constante no Anexo II deste Edital.

CAPÍTULO 11 DA PROVA OBJETIVA

11.1 A prova objetiva será constituída de 20 (vinte) questões de múltipla escolha, cada uma valendo 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos.

11.2 Cada questão da prova objetiva será constituída de 04 (quatro) itens, devendo o candidato marcar uma única alternativa.

11.3 O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva, sem rasuras, para a folha de respostas, que será o único documento válido para correção da prova. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de resposta.

11.4. Na correção da Folha de Resposta, será atribuída a pontuação zero à questão com mais de uma opção assinalada, sem nenhuma opção assinalada ou com rasura.

11.5 A divulgação do gabarito oficial da prova objetiva será feita no primeiro dia útil seguinte à realização das provas, mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Garça.

CAPÍTULO 12 DA PROVA DISCURSIVA

12.1 A prova discursiva exigirá do candidato o desenvolvimento de 01 (uma) questão discursiva, sobre temas contemplados pelas disciplinas prevista no Anexo II - Conteúdo Programático.

12.2 Somente serão corrigidas as provas escritas discursivas dos candidatos que obtiveram o percentual de, no mínimo, 50% de acerto na prova objetiva.

12.3 A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica azul ou preta, não sendo permitida a interferência ou participação de outras pessoas, nem utilização de livros, códigos, cadernos, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta.

12.4 A resposta à questão discursiva deverá ter o número máximo de 30 (trinta) linhas.

12.5 Nenhuma das folhas da prova discursiva poderá ser assinada, rubricada ou conter identificação em outro local que não seja o cabeçalho da folha de texto definitivo. Qualquer palavra ou marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova.

12.6 A folha de texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da prova discursiva, sendo a folha para rascunho de utilização facultativa. Em casos de texto definitivo escrito a lápis ou de não haver texto, o candidato receberá nota zero.

12.7 A prova discursiva valerá 50 (cinquenta) pontos e será corrigida seguindo os seguintes critérios:

a) Conteúdo: 1. Conceito; 2. Classificação; 3. Aplicação dos Institutos; 4. Conhecimento de normas; 5. Princípios e Regras do Ordenamento Jurídico;

b) Estrutura: 1. Respeito ao gênero solicitado; 2. Progressão textual e encadeamento de ideias; e 3. Articulação de frases e parágrafos (coesão textual);

c) Expressão: 1. Desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para a função de Estagiário; 2. Adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; 3. Domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos; propriedade vocabular; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação.

12.7.1 Será atribuída nota ZERO à prova discursiva - Redação que: 1. Fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; 2. Não se ater aos critérios dispostos no item 12.7 deste Edital; 3. Apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; 4. For assinada fora do local apropriado; 5. Apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 6. Estiver em branco; 7. Apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

12.8 Conforme item 12.2, somente será corrigida a prova discursiva do candidato que obtiver no mínimo 50% de acertos na prova objetiva., sendo que a prova discursiva será de caráter classificatório, cuja nota será somada à nota da prova objetiva para pontuação final.

CAPÍTULO 13 DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS

13.1 As provas objetiva e discursiva serão realizadas em um único dia, com duração de 03 (três) horas, em data e locais a serem oportunamente definidos pela Comissão Organizadora, devidamente divulgados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Garça.

13.2 Os locais, horários de realização e resultados das provas seletivas serão divulgados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Garça, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de prova e comparecimento no dia e horário determinados.

13.3 O candidato deverá comparecer ao local designado para realização das provas com antecedência mínima de 30 minutos do horário fixado para o início, munido de caneta esferográfica preta ou azul, do comprovante de inscrição e do documento de identidade original.

13.4 Serão considerados documentos de identidade, para os fins deste Edital, exclusivamente: carteiras expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Comandos Militares e pelos Corpos de Bombeiros Militares, carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc), Carteira Nacional de Habilitação.

13.5 Não será admitido ingresso de candidato no local



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Sexta-feira, 20 de janeiro de 2023

Ano X | Edição nº 2041

Página 6 de 9

de realização das provas após o horário fixado para o seu início. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada das provas. O não comparecimento nas provas escritas acarretará eliminação do candidato.

13.6 Não serão permitidos durante a realização das provas escritas comunicação entre candidatos, empréstimo de material, nem o uso de máquinas calculadoras ou similares, livros, cadernos, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, incluindo legislação e súmulas.

13.7 É vedado o ingresso de candidato em local de prova portando arma e/ou a utilização de aparelhos eletrônicos (telefone celular, bip, mp3 player, receptor, gravador, máquina fotográfica, etc). O descumprimento da presente instrução implicará a eliminação automática do candidato.

13.8 Os pertences pessoais, inclusive aparelho celular, deverão ser entregues aos fiscais da seleção, e ficarão retidos durante todo o período de permanência dos candidatos em sala, não se responsabilizando a Procuradoria Geral do Município por perdas ou extravios ocorridos durante a realização das provas, nem por danos neles causados.

13.9 O candidato só poderá deixar o recinto da prova após uma hora do início de sua realização.

13.10 Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado da seleção o candidato que, durante a realização das provas:

- a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio de quaisquer pessoas no curso das provas;
- b) desatender os subitens 13.6 e 13.7;
- c) faltar com respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes ou demais candidatos.
- d) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para sua realização;
- e) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de resposta;
- g) descumprir as informações contidas no caderno de provas, na folha de resposta e na folha de rascunho;
- h) perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

13.11 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, fiscais ou autoridades, informações individuais referentes ao conteúdo das provas ou aos critérios de classificação.

13.12 O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões se permanecer na sala no mínimo por 02 (duas) horas.

CAPÍTULO 14

DOS RESULTADOS E DOS RECURSOS

14.1 O gabarito oficial da prova objetiva, o resultado da prova objetiva e o resultado da prova discursiva serão

divulgados no Diário Oficial Eletrônico de Garça.

14.2 O candidato que desejar interpor recurso contra o gabarito da prova objetiva e sua nota na prova discursiva disporá de 01 (um) dia útil, conforme cronograma constante no Anexo I.

14.3 O recurso deverá ser protocolado no site da prefeitura Municipal de Garça, através do link <https://garca.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&passo=2&s=garca&itd=5#in>, no horário das 08h00min às 17h00min.

14.4 As fundamentações das respostas aos recursos interpostos serão elaboradas pelos membros da Comissão Organizadora, responsáveis pelas provas objetiva e discursiva e disponibilizadas, caso solicitado, aos candidatos recorrentes.

14.5 Por ocasião da divulgação do resultado preliminar das provas, serão informadas as alterações decorrentes de deferimento de recursos.

14.6 Recursos inconsistentes, em formulário diferente do exigido ou fora do prazo e das especificações estabelecidas neste Edital serão indeferidos.

14.7 Se do exame de recursos das provas objetivas resultar a anulação de questão(ões), a pontuação correspondente a essa(s) questão(ões) será(ão) atribuída(s) a todos os candidatos, independente de terem recorrido.

14.8 Em hipótese alguma o quantitativo de questões/itens da prova objetiva sofrerá alterações.

14.9 Se do exame de recurso da prova discursiva resultar alteração da nota do candidato, será corrigida sua classificação no resultado final do Processo Seletivo.

CAPÍTULO 15

DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E HOMOLOGAÇÃO

15.1 A Nota Final do candidato será resultante da soma das pontuações obtidas na Prova Objetiva e na Prova Discursiva. Os candidatos serão ordenados em listas de acordo com os valores decrescentes das notas finais obtidas pela somatória das provas objetiva e discursiva, conforme item 12.8.

15.2 Em caso de idêntica pontuação, serão adotados como critérios de desempate, nesta ordem:

- a) que obtiver maior nota na prova discursiva;
- b) que obtiver maior nota na prova objetiva;
- c) que obtiver maior nota nas seguintes disciplinas da prova objetiva, nesta ordem:
 - c.1) Direito Administrativo
 - c.2) Direito Constitucional
 - c.3) Direito Processual Civil
 - c.4) Direito Tributário e Financeiro
 - c.5) Direito do Trabalho e Processual do Trabalho
 - c.6) Direitos Difusos e Coletivos
 - c.7) Direito Civil
- d) com maior idade;
- e) sorteio na presença dos candidatos envolvidos.

15.3 A Comissão Organizadora do Processo Seletivo enviará os resultados finais das provas para homologação, por ato do Prefeito Municipal, a ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Sexta-feira, 20 de janeiro de 2023

Ano X | Edição nº 2041

Página 7 de 9

CAPÍTULO 16

DA CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS E CONTRATAÇÃO

16.1 Os candidatos habilitados serão convocados a critério da Administração, conforme o número de vagas que vierem a existir e seguindo rigorosamente a ordem de classificação final e o disposto no item 5.1 deste Edital.

16.2 No caso de desistência formal pelo candidato classificado prosseguir-se-á a convocação dos demais candidatos habilitados, observada a ordem classificatória.

16.3 O candidato convocado deverá apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias da convocação, junto à Procuradoria Geral do Município, os seguintes documentos **como condição para assumir o Estágio:**

a) título de eleitor, com o comprovante de votação na última eleição, ou certidão de regularidade com a justiça eleitoral;

b) Cédula de Identidade;

c) Comprovante de inscrição Cadastro de Pessoa Física;

d) Histórico escolar do curso superior, atualizado,

comprovando ter concluído no mínimo 30% (trinta por cento) do referido curso;

e) Comprovante de matrícula, atualizado;

f) Comprovante de residência;

g) Termo de Compromisso de Estágio, devidamente assinado pela Instituição de Ensino.

16.4 A não apresentação de qualquer um dos documentos comprobatórios fixados no subitem anterior, na data da assinatura do termo de compromisso de estágio, indicará desinteresse em assumir o estágio e tornará sem efeito sua convocação, sendo automaticamente convocado o próximo candidato classificado.

16.5 O candidato selecionado firmará Termo de Compromisso de Estágio, com duração de no mínimo 01 (um) ano, podendo ser prorrogável por igual período, limitado a 24 (vinte e quatro) meses.

CAPÍTULO 17

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 A inscrição do candidato implicará a completa ciência e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das demais normas legais e pertinentes, sobre as quais não se poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

17.2 A falsidade ou inexatidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo de responsabilização das esferas administrativa, cível e penal.

17.3 Não obstante as penalidades cabíveis, a Comissão Organizadora poderá, a qualquer tempo, anular a inscrição ou a prova do candidato, desde que verificadas falsidades de declaração ou irregularidades.

17.4 O prazo de validade da presente seleção será de 12 (doze) meses, a contar da publicação e homologação do resultado final, sendo prorrogável por igual ou inferior

período, a critério da Comissão Organizadora e endossada pelo Prefeito.

17.5 O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.

17.6 O Edital poderá ser impugnado, mediante justificativa legal e dentro do prazo de inscrição, que decorrido implicará em aceitação integral dos seus termos.

17.7 O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com o Município de Garça, e sua realização dar-se-á mediante Termo de Compromisso, celebrado entre o estudante e o Município, com a interveniência obrigatória da Instituição de Ensino conveniada.

17.9 As regras para a contratação serão regidas pela Lei Federal 11.788/2008, Lei Municipal 3.603/2002 e Decreto Municipal 6.910/2008.

17.10 O estagiário aprovado neste processo seletivo será submetido a avaliações periódicas trimestrais, a fim de verificar seu desempenho, podendo, caso seja insuficiente, ser rescindido o termo de compromisso.

17.11 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo, no que tange a realização da presente seleção.

Garça, 20 de janeiro de 2023.

JOÃO CARLOS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DANIEL MESQUITA DE ARAÚJO

Procurador Geral do Município

LUCIANA RODRIGUES DE BRITO ASSIS

PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA

ANEXO I

CRONOGRAMA (DATAS PROVÁVEIS)

As datas poderão ser alteradas conforme necessidade do órgão, especialmente em razão do número de inscritos e da disponibilidade de local para a realização da prova objetiva. Eventuais alterações do cronograma serão publicadas no site www.garca.sp.gov.br

Período de realização das inscrições	23/01/2023 à 27/01/2023
Divulgação da lista provisória das inscrições	01/02/2023
Prazo para recurso contra a divulgação da lista provisória das inscrições	02/02/2023
Divulgação da lista definitiva das inscrições e do local e horário da aplicação das provas objetiva e discursiva está prevista para a data de 07/02/2023	07/02/2023
Aplicação das provas objetiva e discursiva	24/02/2023
Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva, do padrão preliminar da prova discursiva	27/02/2023
Divulgação do resultado preliminar está prevista para a data de 06/03/2023	06/03/2023
Interposição de recursos contra o gabarito preliminar da prova objetiva e do padrão preliminar de respostas da prova discursiva e do resultado preliminar	07/03/2023



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Sexta-feira, 20 de janeiro de 2023

Ano X | Edição nº 2041

Página 8 de 9

Está prevista para o dia 10/03/2023 a divulgação dos itens abaixo: I. da decisão dos recursos contra o gabarito definitivo; II. da decisão dos recursos acerca do padrão preliminar de respostas da prova discursiva; III. do gabarito definitivo; IV. do resultado definitivo das provas objetiva e discursiva	10/03/2023
Divulgação da classificação final prevista para o dia:	13/03/2023

ANEXO II DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Toda legislação e jurisprudência devem ser consideradas com as alterações e atualizações vigentes até a data da publicação do Edital. Legislação e julgados com entrada em vigor após a publicação do Edital poderão ser utilizados, quando supervenientes ou complementares a algum tópico já previsto ou indispensável à avaliação para o cargo. Todos os temas englobam também a legislação que lhes é pertinente, ainda que não expressas no conteúdo programático.

Direito Administrativo

1. Constituição Federal: Artigos 37 a 38 (Da Administração Pública); Artigos 39 a 41 (Dos Servidores Públicos); Artigos 170 a 181 (Da Ordem Econômica e Financeira – Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica). 2. Organização administrativa. Órgãos públicos. Competências administrativas. Competências discricionárias e vinculadas: Conceito, fundamentos e limites da discricionariedade, mérito do ato administrativo, discricionariedade técnica, controle da discricionariedade. Centralização e descentralização administrativa. Desconcentração. Hierarquia administrativa. Delegação e avocação de competência. 3. Atos administrativos. Ato administrativo e fato administrativo. Conceito, classificação, espécies de ato administrativo. Licenças e autorizações administrativas. Existência, validade e eficácia do ato administrativo. Elementos e pressupostos. Abuso de poder, excesso de poder e desvio de poder. Atributos. Extinção e modificação do ato administrativo. Revogação. Retificação e invalidação. convalidação. Efeitos dos vícios. 4. Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos). Dever de licitar, inexigibilidade e dispensa de licitação. Princípios da licitação. Modalidades licitatórias. Processo licitatório. Registros cadastrais. Registro de preços. Contratos administrativos. Conceito, natureza jurídica. Peculiaridade e características dos contratos administrativos. Prazo e prorrogação do contrato. Formalidades, instrumento contratual. Eficácia. Extinção. Contratos administrativos e regime diferenciado de contratações (RDC). Diversas espécies de contratos administrativos. Administração pública locadora e locatária. Convênios administrativos. 5. Bens públicos. Conceito, classificação, afetação e desafetação, regime jurídico. Gestão de bens públicos. Utilização pelos administrados: autorização, permissão e concessão de uso. Concessão de

direito real de uso. 6. Lei Federal nº 8.429/1992 (Improbidade administrativa). 7. Decreto Federal nº 20.910/1932 (Regula a prescrição quinquenal); 8. Súmulas do STF e STJ.

Direito Constitucional

1. Constituição Federal: artigos 1º a 4º (Princípios Fundamentais); artigos 5º a 17 (Direitos individuais e coletivos); artigos 18 e 19 (Da organização político-administrativa); artigos 20 a 24 (Da União); artigos 25 a 28 (Dos entes federados); Artigos 29 a 31 (Dos Municípios); Artigos 61 a 69 (Das Leis); Artigos 76 a 83 (Do Presidente e do Vice-Presidente da República); Artigo 84 (Das Atribuições do Presidente da República); Artigo 92 a 125 (Do Poder Judiciário); Artigo 127 (Do Ministério Público); Artigos 131 a 132 (Da Advocacia Pública). 2. Lei Federal nº 9.868/1999 (Dispõe sobre o processo da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal). 3. Súmulas do STF e STJ.

Direito Processual Civil

1. Código de Processo Civil: Artigos 1º a 12 (Das Normas Fundamentais do Processo Civil); Artigos 16 a 20 (Da Jurisdição e da Ação); Artigos 42 a 66 (Da Competência); Artigos 125 a 132; Artigos 182 a 184 (Da Advocacia Pública); Artigos 218 a 235 (Dos Prazos); Artigos 238 a 259 (Da Citação); Artigos 269 a 275 (Das Intimações); Artigos 276 a 283 (Das Nulidades); Artigos 300 a 311 (Da Tutela de Urgência); Artigos 319 a 331 (Da Petição Inicial); Artigos 335 a 342 (Da Contestação); Artigo 343 (Da Reconvenção); Artigos 344 a 346 (Da Revelia); Artigos 485 a 508 (Da Sentença e Da Coisa Julgada); Artigos 994 a 1.020 (Dos Recursos – Disposições Gerais; Da Apelação; Do Agravo de Instrumento); Artigos 1.022 a 1.026 (Dos Embargos de Declaração). 2. Lei Federal nº 12.016/2009 (Mandado de Segurança); 3. Lei Federal nº 8.437/1992 (Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências). 4. Súmulas do STF e STJ.

Direito Tributário e Financeiro

1. Constituição Federal: Artigos 70 a 75 (Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária); Artigo 100 (Do Poder Judiciário – Disposições Gerais); Artigos 145, 146, 149 e 149-A (Dos Princípios Gerais – Contido no Título VI – Da Tributação e do Orçamento); Artigos 150 a 152 (Das Limitações do Poder de Tributar); Artigo 156 (Dos Impostos Municipais); Artigos 163 a 164-A (Das Finanças Públicas – Normas Gerais); Artigo 165 e 167 (Dos Orçamentos); 2. Lei Federal nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional): Artigos 1º a 15 (Disposições Gerais; Competência Tributária); Artigos 16 a 18 (Impostos – Disposições Gerais); Artigos 96 a 182; 3. Lei Federal nº 6.830/1980 (Execução Fiscal). Decreto Municipal nº 8.022 de 2022. 4. Súmulas do STF e STJ.

Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho

1. Duração do trabalho. Jornada de trabalho. Trabalho



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GARÇA

Conforme Lei Municipal nº 4.931, de 02 de julho de 2014

Sexta-feira, 20 de janeiro de 2023

Ano X | Edição nº 2041

Página 9 de 9

extraordinário. Acordo de compensação de horas. Horas *in itinere*. Sobreaviso. Prontidão. Trabalho em regime de revezamento. Jornada noturna do trabalhador urbano. Intervalos intrajornadas. Intervalos inter jornadas. Descanso semanal remunerado. Férias; 2. Alteração, suspensão, interrupção do contrato de trabalho; 3. Formas de extinção do contrato de trabalho; 4. Prescrição e decadência no Direito do Trabalho; 5. Processo do Trabalho: conceito, autonomia, princípios, natureza jurídica, fontes; 6. Organização e Competência da Justiça do Trabalho; 7. Ação trabalhista: conceito, natureza jurídica, condições e elementos; 8. Audiência no Processo do Trabalho. Resposta do reclamado (contestação, exceções e reconvenção). Revelia e confissão; 9. Sentença e coisa julgada no processo do trabalho. Embargos de declaração. Ação rescisória; 10. O sistema recursal trabalhista; 11. Liquidação de sentença e execução no processo do trabalho. 12. Aspectos gerais sobre a Fazenda Pública no Direito do Trabalho e no Direito Processual do Trabalho; 13. Súmulas do STF, TST e STJ.

Direito Civil

1. Código Civil: Artigos 1º ao 20; Artigos 98 a 103; Artigos 104 a 211; Artigos 927 a 954. 2. Decreto-Lei 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). 3. Responsabilidade Extracontratual do Estado. Indenização e ressarcimento. Responsabilidade estatal por atos lícitos e ilícitos. Responsabilidade estatal comissiva e omissiva. Excludentes de nexos causal e de imputação. Dano indenizável. 4. Súmulas do STF e STJ.

Vigilância Sanitária

Despachos

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Despacho da Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde de 19/01/2023:

Processo nº. 914/23 - Mariza Dias da Silva

Assunto: Auto de Infração n.º 2696 série AA-AIF